

STJ00120256

AMÉRICA CARDOSO B. LIMA NEJAIM | FLAVIA PEREIRA HILL  
CECILIA RODRIGUES F. HILDEBRAND | RENATA CORTEZ VIEIRA PEIXOTO  
FERNANDA GOMES E SOUZA BORGES | Organizadoras

# PROCESSOS NOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Londrina/PR  
2024

  
**THOTH**  
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na  
Publicação (CIP)**



Processos nos Tribunais Superiores/  
América Cardoso Barreto Lima Nejaim.  
et al – Londrina, PR: Thoth, 2024.

412 p.

Inclui bibliografias.

ISBN: 978-65-5959-734-5

1. Teoria Geral do Processo. 2. Processo  
Civil. 3. Acordos processuais. 4. Precedentes  
Qualificados. I. América Cardoso Barreto  
Lima Nejaim. et al.

CDD 341.4

**Diagramação e Capa:** Editora Thoth

**Revisão:** As organizadoras

**Editor chefe:** Bruno Fuga

**Índices para catálogo sistemático**

1. Direito Processual: 341.4

**Conselho Editorial (Gestão 2024)**

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele  
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior •  
Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr.  
Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel  
Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me.  
Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme  
Wünsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves  
Caixeta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da  
Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof.  
Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr.  
Thiago Caversan Antunes

---

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra  
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é  
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados  
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se  
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por  
seus autores.

---

# SUMÁRIO

---

ORGANIZADORAS .....	7
AUTORES .....	9
APRESENTAÇÃO .....	17
PREFÁCIO .....	19

## CAPÍTULO 1

**Alice Beatriz Lopes**

COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA COMO MEIO DE GESTÃO PROCESSUAL NO ÂMBITO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES: UMA ANÁLISE DO SISTEMA RECURSAL E DA LIMITAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA .....	31
Introdução.....	31
1 Cooperação judiciária na esfera do ordenamento jurídico pátrio. Incorporação e benefícios do instituto .....	32
2 Recursos destinados aos tribunais superiores e os meios de formação dos precedentes, em especial o IRDR e IAC, sob a interpretação dos filtros recursais.36	
3 A possibilidade da celebração de ato concertado para julgamento das questões comuns .....	39
Conclusão .....	42
Referências .....	43

## CAPÍTULO 2

**Ana Beatriz Miranda Olívia Santos**

O FILTRO DE RELEVÂNCIA DO RECURSO ESPECIAL: UMA ANÁLISE À LUZ DO SISTEMA MULTIPORTAS DE ACESSO À JUSTIÇA .....	45
Introdução .....	45
1 O filtro de relevância da questão federal no recurso especial.....	46
2 O sistema multiportas de acesso à justiça e seus reflexos no congestionamento de recursos especiais no STJ .....	51
Conclusão .....	56
Referências .....	57

**CAPÍTULO 3****Leonardo Faria Schenk****Ana Clara Leite Almeida**

A TECNOLOGIA NA ATIVIDADE FIM DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....	59
Introdução.....	59
1 A missão dos Tribunais Superiores .....	61
2 O STJ e alguns números.....	64
3 A inteligência artificial e o Direito .....	65
4 A realidade confrontada: o uso da inteligência artificial pelo STJ.....	69
Conclusão .....	74
Referências .....	75

**CAPÍTULO 4****Arlete Inês Aurelli****Izabel Cristina Pinheiro Cardoso Pantaleão Ferreira**

UMA REVISITA AO TEMA DA RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL COMO REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL.....	79
1 Fundamentos apresentados para a introdução da relevância da questão federal, como requisito de admissibilidade do recurso especial.....	82
2 A função do Superior Tribunal de Justiça.....	84
3 Técnicas de aceleração do processo.....	89
4 A Relevância da Questão Federal para o Recurso Especial .....	91
5 A relevância da questão federal para o Recurso Especial e o CPC.....	97
Conclusão .....	101
Referências .....	102

**CAPÍTULO 5****Benigna Araújo Teixeira Maia****Marcelo Sant'anna Vieira Gomes**

A (IM)POSSIBILIDADE DA ANÁLISE DOS FATOS NO RECURSO ESPECIAL: A SÚMULA 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E O DEBATE ENTRE REAPRECIÇÃO <i>VERSUS</i> REVALORAÇÃO.....	105
Introdução.....	105
2 A distinção entre reavaliação/reexame das provas e reavaliação probatória no âmbito do Recurso Especial.....	109
3 Análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre reapreciação e reavaliação das provas: uma mudança paradigmática importante .....	111
Conclusão.....	114
Referências .....	115

**CAPÍTULO 6****Cristiane Saredo Pereira Dias**

O ACESSO À JUSTIÇA E OS REQUISITOS RECURSAIS NOS TRIBUNAIS SUPERIORES .....	117
Introdução.....	117
1 O Acesso à Justiça .....	119
2 A Função dos Tribunais Superiores .....	122
3 Requisitos de interposição do recurso especial e do recurso extraordinário	123
Conclusão.....	128
Referências Bibliográficas .....	129

**CAPÍTULO 7****Elias Marques de Medeiros Neto**

FILTROS SELETORES .....	131
1 Os Tribunais Superiores no Brasil .....	131
2 Filtros Seletores.....	135
2.1 A antiga arguição de relevância .....	139
2.2 A repercussão geral .....	140
2.3 O princípio da transcendência.....	141
2.4 A Emenda Constitucional n. 125 de 2021 .....	142
Conclusão .....	146
Referências .....	146

**CAPÍTULO 8****Flávia Pereira Hill**

DO CABIMENTO DE AÇÃO RESCISÓRIA CONTRA DECISÃO DEFINITIVA PROFERIDA EM AÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA.....	149
Introdução: o crescimento exponencial do volume e da importância da cooperação jurídica internacional na atualidade .....	149
1 Natureza da homologação de sentença estrangeira e seu mérito próprio ....	152
2 Cabimento de ação rescisória contra decisão definitiva proferida em ação de homologação de sentença estrangeira e suas especificidades procedimentais.	159
Conclusão.....	164
Referências .....	166

**CAPÍTULO 9****Gisele Santos Fernandes Góes****Samira Viana Silva**

ACERTO X DESACERTO: A MUDANÇA JURISPRUDENCIAL DO STJ ACERCA DA COGNIÇÃO DAS QUESTÕES DE ORDEM PÚBLICA NO RECURSO ESPECIAL .....	169
Introdução .....	169

1 As questões de ordem pública .....	170
2 O efeito translativo no recurso especial e o prequestionamento .....	175
Conclusão .....	178
Referências .....	179

## **CAPÍTULO 10**

**Gustavo Osna**

CORTES SUPREMAS E FILTROS RECURSAIS: UM CAMINHO EM CONSTRUÇÃO.....	183
Introdução .....	183
1 Os recursos aos Tribunais Superiores e sua “função excepcional” .....	184
2 A Função “Excepcional” e as Portas das Cortes.....	187
3 Os Pressupostos dos Requisitos Excepcionais: a Discricionariedade é Inevitável?.....	190
Conclusão .....	193
Referências .....	194

## **CAPÍTULO 11**

**Ingrid Stéphanie Monteiro de Souza**

RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL: O FUTURO DA FORMAÇÃO DE PRECEDENTES NO STJ.....	197
Introdução.....	197
1 A função transcendental dos recursos excepcionais e os reflexos nos precedentes.....	198
2 O filtro decisório subjetivo da relevância não presumida, primazia de mérito e ônus argumentativo ampliado do recurso especial .....	200
3 A hipótese presumida de jurisprudência dominante do STJ.....	201
4 Enquanto a lei regulamentadora não vem: relevância e a formação de precedentes judiciais .....	203
Conclusão .....	205
Referências .....	206

## **CAPÍTULO 12**

**Isabelle Almeida Vieira Piccinini**

**Marco Félix Jobim**

RELEITURA DO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE PROCESSUAL: A DIVISÃO DIGITAL FRENTE AO PROCESSO ELETRÔNICO E AO JULGAMENTO POR MEIO DO PLENÁRIO VIRTUAL .....	209
Introdução.....	209
1 A publicidade processual como um direito fundamental .....	212
2 Processo Eletrônico: os atos processuais seguem sendo amplamente públicos?.....	215

3 Plenário Virtual no Supremo Tribunal Federal: as deliberações seguem sendo amplamente públicas?.....	221
4 Divisão digital e a necessidade de releitura do princípio da publicidade processual.....	226
Conclusão .....	230
Referências .....	230

### **CAPÍTULO 13**

**José Henrique Mouta Araújo**

O EFEITOSUBSTITUTIVODO RECURSOESPECIAL E A COMPETÊNCIA PARA A AÇÃO RESCISÓRIA: OBSERVAÇÕES IMPORTANTES.....	235
Introdução.....	235
1 Efeitos dos recursos e natural preponderância do devolutivo por extensão	235
2 O efeito substitutivo recursal e sua limitação ao campo da devolutividade por extensão .....	240
3 Resultado do recurso especial e a ação rescisória: competência ligada à análise do efeito substitutivo interno e externo .....	242
Referências .....	246

### **CAPÍTULO 14**

**Luís Manoel Borges do Vale**

**João Sergio dos Santos Soares Pereira**

PROPOSTA DE ADEQUADO DESIGN DO PLENÁRIO VIRTUAL PARA A ANÁLISE DA ARGUIÇÃO DE RELEVÂNCIA .....	247
Introdução.....	247
1 Considerações sobre o Plenário Virtual e o Superior Tribunal de Justiça ...	248
2 A arguição de relevância e o papel de conferir coerência e integridade ao Direito .....	252
3 Dilemas e proposições de análise da questão da relevância, em sede do Plenário Virtual .....	256
Conclusão .....	261
Referências .....	261

### **CAPÍTULO 15**

**Marcia Cristina Xavier de Souza**

DA ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS .....	263
Introdução.....	263
1 Do (não) cabimento do recurso especial.....	265
2 Do cabimento do recurso extraordinário.....	267
2.1 Obstáculos à admissibilidade e julgamento do RE nos JEC .....	268
2.1.1. Recurso da decisão que inadmite o RE.....	268
2.1.2 Repercussão geral.....	269

Conclusão .....	271
Referências .....	272

## **CAPÍTULO 16**

**Marco Aurélio Ventura Peixoto**

DIREITO A RECURSOS PARA CASSAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE AS FUNÇÕES DAS CORTES SUPREMAS .....	273
Introdução.....	273
1 Conceito, objetivos e funções dos recursos.....	274
2 O duplo grau de jurisdição .....	275
3 A relevância social da cassação .....	276
4 Os recursos nas cortes supremas nos sistemas do <i>civil law</i> e do <i>common law</i> .	279
5 O modelo de Suprema Corte do Reino Unido: um tribunal de apelação criado às pressas e sem necessidade.....	280
6 As funções das cortes supremas na visão de Michele Taruffo.....	282
7 Um paralelo entre o <i>writ of certiorari</i> do direito norte-americano e o recurso extraordinário do direito brasileiro.....	284
Conclusão.....	287
Referências .....	287

## **CAPÍTULO 17**

**Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha**

**Alessandra Ferreira Couto**

**Micheline Barboza Balduino Ribeiro**

A ILEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR PARA A OPOSIÇÃO DE EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE NA JUSTIÇA FEDERAL CASTRENSE EM FACE DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 .....	289
Conclusão.....	300
Referências .....	301

## **CAPÍTULO 18**

**Natacha Nascimento Gomes Tostes Gonçalves de Oliveira**

SOBRE A NECESSIDADE DE APRIMORAR A FORÇA VINCULANTE NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA: BREVES CONSIDERAÇÕES	303
Introdução.....	303
1 Dos Embargos de Divergência: generalidades, decisão e sua força .....	304
2 A decisão dos embargos infringentes dentro do sistema de precedentes nacionais .....	308
3 Incrementando a necessidade de observância das decisões tomadas em embargos de divergência .....	312
Referências .....	315

**CAPÍTULO 19****Osmar Mendes Paixão Côrtes**

AINDA SE PODE FALAR EM OBJETIVAÇÃO E EM ABERTURA DA CAUSA DE PEDIR DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO?.....	317
Introdução.....	317
1 O que foi a abertura da causa de pedir do recurso extraordinário?.....	318
2 A mudança do paradigma na recorribilidade extraordinária a objetivação	320
3 O amadurecimento da objetivação .....	323
4 A objetivação ainda persistirá? E a abertura da causa de pedir?.....	327
Referências .....	328

**CAPÍTULO 20****Renata Cortez Vieira Peixoto**

A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE COMO HIPÓTESE DE PRESUNÇÃO DE REPERCUSSÃO GERAL E DE RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL E SUA NECESSÁRIA CORRELAÇÃO COM OS PADRÕES DECISÓRIOS DESCRITOS NO ART. 927 DO CPC.....	331
Introdução.....	331
1 A jurisprudência dominante e a sua correlação com a temática dos precedentes no CPC/73 e no CPC/2015.....	333
2 A jurisprudência dominante como hipótese de presunção da relevância da questão federal no recurso especial (art. 105, §3º, V, da Constituição).....	337
3 Definição de jurisprudência dominante no contexto do CPC/2015 e sua utilização como hipótese de presunção de repercussão geral e de relevância da questão federal: correlação com os padrões decisórios do art. 927 .....	337
Conclusão .....	339
Referências .....	340

**CAPÍTULO 21****Rogéria Dotti****Sandro Gilbert Martins**

LIMITES COGNITIVOS NO JUÍZO DE RETRATAÇÃO PREVISTO NO SISTEMA DOS RECURSOS REPETITIVOS E SEUS REFLEXOS RECURSAIS.....	343
Introdução.....	343
1 O papel das Cortes Superiores .....	344
2 O sistema dos recursos repetitivos e o juízo de retratação .....	347
3 Há limites cognitivos no juízo de retratação?.....	350
4 Reflexos recursais do juízo de retratação .....	354
5 O entendimento do STJ: erro na aplicação do precedente não autoriza Reclamação.....	356
Conclusão .....	358
Referências .....	359

**CAPÍTULO 22****Rosalina Moitta Pinto da Costa****Shayane do Socorro de Almeida da Paixão**

INADMISSIBILIDADE DE AGRAVO CONTRA A DECISÃO QUE NEGA SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL CUJA RELEVÂNCIA DA MATÉRIA TENHA SIDO AFASTADA PELO STJ: RISCOS PARA A FUNÇÃO NOMOFILÁCICA DO STJ E PARA O PRÓPRIO FEDERALISMO.....363

Introdução.....363

1 O federalismo brasileiro .....364

2 O papel do STJ na formação de precedentes .....368

3 Inadmissibilidade do agravo contra decisão que nega seguimento ao recurso especial cuja relevância da matéria já tenha sido afastada pelo STJ e o risco de “estadualização” .....372

4 A inadmissibilidade do agravo contra decisão que nega seguimento ao recurso especial cuja relevância da matéria já tenha sido afastada pelo STJ vai de encontro à função do STJ e ao próprio federalismo .....376

Conclusão .....377

Referências .....378

**CAPÍTULO 23****Sheila Fonseca Kovalski**

RECURSO DE REVISTA: DA HERMENÊUTICA À PRÁXIS RECURSAL.381

Introdução .....381

1 A intangibilidade do recurso de revista e a imperícia do recorrente .....382

2 Análise empírica e a práxis recursal .....386

Conclusão .....389

Referências .....391

**CAPÍTULO 24****Gisele Welsch****Paulo Victor de Carvalho Mendonça**

O FILTRO RECURSAL DA RELEVÂNCIA PARA O RECURSO ESPECIAL: ANÁLISE CRÍTICA E COMPARADA DO INSTITUTO PARA MELHOR FUNCIONAMENTO DO STJ.....393

Introdução.....393

1 O contexto institucional estatístico do STJ e o filtro da relevância.....394

2 Modelo alemão: função do *bundesgerichtshof* – *bgh* e processamento do recurso de *revision*.....396

3 A necessária preocupação com o pacto federativo brasileiro.....404

4 Perspectivas para a regulamentação e aplicação da relevância: exemplo/experiência da repercussão geral no re e a previsão do anteprojeto do STJ.....406

Considerações finais.....409

Referências bibliográficas.....410